

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

**Estudo Técnico Preliminar 252/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: solicitação 3880/2026

**2. Aquisição de Poltronas Hospitalares**

Aquisição de 30 (trinta) poltronas hospitalares reclináveis, com suporte de soro integrado, na cor AZUL CLARO , destinadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município, visando atendimento de pacientes e acompanhantes.

**3. Descrição da necessidade**

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) municipal realiza, em média, aproximadamente 11.000 (onze mil) atendimentos mensais, configurando-se como equipamento essencial da rede de urgência e emergência.

Atualmente, parte significativa das poltronas utilizadas na unidade é proveniente de contrato de locação firmado pela Organização Social (OS) responsável pela gestão do serviço. Com o encerramento do referido contrato, tais equipamentos serão devolvidos, ocasionando redução imediata da capacidade instalada da unidade.

Além disso, verifica-se que diversas cadeiras atualmente em uso encontram-se danificadas, com comprometimento estrutural, ergonômico e sanitário, tornando-se inadequadas para utilização segura por pacientes e acompanhantes.

O quantitativo estimado mostra-se compatível com a demanda assistencial da unidade, considerando a média mensal de atendimentos, a necessidade de reposição imediata dos equipamentos locados e a substituição de mobiliário inservível, garantindo margem operacional para atendimento simultâneo de pacientes em observação e acompanhantes.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de aquisição de novas poltronas hospitalares, de forma a garantir a continuidade do atendimento, o conforto dos usuários e a segurança assistencial.

A aquisição das poltronas hospitalares visa assegurar condições adequadas de acolhimento aos pacientes em observação e seus acompanhantes, especialmente em contextos de permanência prolongada, comuns em unidades de urgência.

Considerando o elevado fluxo mensal da UPA, aliado à permanência de pacientes em observação por períodos muitas vezes superiores a 4 horas, torna-se indispensável a disponibilização de mobiliário adequado, com características ergonômicas e sanitárias compatíveis com o ambiente hospitalar.

A inexistência ou insuficiência desse mobiliário pode resultar em desconforto, agravamento do estado clínico do paciente, sobrecarga das equipes assistenciais e comprometimento da qualidade do atendimento prestado.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Saúde	Andresa de Sousa Lima Privatti

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A quantidade estimada de 30 (trinta) poltronas considera:

- A substituição das poltronas atualmente locadas (15 unidades);
- A substituição de cadeiras danificadas e inadequadas ao uso hospitalar;
- A necessidade de ampliação da capacidade de atendimento da UPA, considerando a média mensal de atendimentos.

Tal quantitativo mostra-se adequado para garantir cobertura das áreas de observação, medicação e apoio a acompanhantes.

A solução pretendida consiste na aquisição de poltronas hospitalares reclináveis, com padrão técnico intermediário superior, destinadas ao atendimento de pacientes e acompanhantes na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), devendo apresentar características de robustez, ergonomia, durabilidade e facilidade de higienização, compatíveis com ambiente hospitalar de uso contínuo e alta rotatividade.

As poltronas deverão possuir, no mínimo, as seguintes características técnicas:

- Estrutura em aço carbono de alta resistência, com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática a pó;

- Estofamento em espuma de poliuretano de alta densidade, mínima D26, com espessura adequada para conforto em permanências prolongadas;
- Revestimento em material sintético tipo Corano hospitalar, impermeável, lavável, resistente a agentes biológicos e de fácil higienização;
- Apoio de braços estruturais e descansa-pés integrado;
- Suporte de soro acoplado, fixo ou removível, com estrutura resistente e acabamento anticorrosivo;
- Capacidade mínima de carga de 150 kg;
- Dimensões compatíveis com uso hospitalar, garantindo conforto e segurança ao usuário.

Sistema de reclinção por acionamento mecânico, por meio de alavanca lateral reforçada, permitindo ajuste do encosto e do descansa-pés de forma simultânea, com travamento seguro em múltiplas posições.

O mecanismo deverá possuir estrutura metálica de alta resistência, com componentes internos reforçados, garantindo estabilidade, segurança e durabilidade mesmo sob uso contínuo e intenso, característico de unidades de pronto atendimento.

A alavanca deverá proporcionar acionamento ergonômico, com esforço reduzido, permitindo fácil operação por usuários e profissionais de saúde, sem necessidade de aplicação de força excessiva.

O sistema deverá assegurar:

- Travamento firme em todas as posições, sem folgas ou instabilidade;
- Movimentação suave, sem trancos ou ruídos excessivos;
- Resistência ao desgaste mecânico decorrente de uso frequente;
- Manutenção da funcionalidade mesmo sob uso intensivo e contínuo.

Fica vedado o fornecimento de mecanismos de padrão residencial ou com estrutura fragilizada, devendo o conjunto ser projetado para uso hospitalar.

O fornecedor deverá garantir assistência técnica e fornecimento de peças de reposição compatíveis com o mecanismo de reclinção durante o período de garantia.

Os materiais e acabamentos deverão ser compatíveis com uso hospitalar, atendendo às normas sanitárias aplicáveis, especialmente quanto à facilidade de limpeza e resistência a agentes químicos utilizados na desinfecção.

A solução proposta busca assegurar adequada relação entre custo, durabilidade e desempenho, sendo compatível com a realidade operacional da UPA, caracterizada por alta demanda assistencial, uso contínuo e necessidade de equipamentos resistentes e confiáveis.

## **6. Levantamento de Mercado**

Com base nesse levantamento, estimam-se os seguintes valores:

Valor total estimado da contratação: **R\$ 44.601,60** (Quarenta e quatro mil, seiscentos e um real e sessenta centavos).

O levantamento de mercado identificou ampla disponibilidade de poltronas hospitalares com características compatíveis com as necessidades da Administração Pública, fornecidas por empresas especializadas em mobiliário médico-hospitalar.

Verificou-se a existência de diferentes níveis de qualidade, variando desde modelos básicos até versões com maior robustez estrutural, ergonomia aprimorada e sistemas de reclinção mais eficientes.

A solução escolhida posiciona-se como padrão intermediário superior, conciliando custo-benefício, durabilidade e conforto, sendo amplamente utilizada em unidades de pronto atendimento, clínicas e hospitais.

Para esta contratação não foi utilizado catálogo eletrônico de padronização, pois até a presente data, não possui o item demandado.

7. Descrição da solução como um todo

A opção pela aquisição, em detrimento da locação, justifica-se pela natureza do objeto, caracterizado como bem permanente de longa vida útil, com baixa obsolescência tecnológica e reduzida necessidade de manutenção especializada.

A aquisição proporciona:

- Maior economicidade a médio e longo prazo;
- Incorporação ao patrimônio público;
- Redução de custos recorrentes com contratos de locação;

Autonomia na gestão dos equipamentos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESPECIFICAÇÃO		QUANT
01	Aquisição de 30 (trinta) poltronas hospitalares reclináveis, com suporte de soro integrado, na cor AZUL CLARO	30

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.601,60

A estimativa de custos foi elaborada com base em:

- Cotações de mercado realizadas junto a empresas especializadas na venda de equipamentos médico-hospitalares;
- Pesquisa em bancos de preços públicos e portais oficiais.

Com base nesse levantamento, estimam-se os seguintes valores:

Valor total estimado da contratação: **R\$ 44.601,60** (Quarenta e quatro mil, seiscentos e um real e sessenta centavos).

**A presente estimativa de custos atende ao disposto no art. 23, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a realização de pesquisa de preços para subsidiar a definição do valor da contratação, garantindo compatibilidade com os preços praticados no mercado e a economicidade da despesa pública.**

Como critério para apuração do valor estimado, adotou-se a média aritmética simples dos preços obtidos, considerando que essa metodologia reflete uma estimativa equilibrada dos valores praticados no mercado, conforme orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A aquisição das poltronas hospitalares não será parcelada, considerando a necessidade de padronização dos equipamentos a serem utilizados na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), garantindo uniformidade funcional, ergonômica e estética, além de facilitar a manutenção e reposição de peças.

O fornecimento por um único fornecedor contribui para a compatibilidade entre os itens, assegurando maior eficiência na utilização dos equipamentos pelos profissionais de saúde e melhor experiência aos pacientes.

Ressalta-se ainda que o quantitativo de 30 (trinta) poltronas hospitalares não compromete a competitividade do certame, sendo plenamente atendido por fornecedores do mercado, não havendo, portanto, prejuízo à ampla concorrência.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação é a medida mais vantajosa para a Administração Pública, sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

Além disso, opta-se pela não adoção de exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, adotando-se a realização de pregão eletrônico com ampla participação. Tal medida fundamenta-se na necessidade de ampliação da competitividade, visando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Considerando as características técnicas do objeto, que demandam fornecedores com capacidade produtiva, estrutura logística e garantia de qualidade compatíveis com o uso hospitalar intensivo, a restrição da disputa poderia reduzir o universo de participantes aptos, comprometendo a competitividade e o resultado do certame.

Ressalta-se que a não exclusividade não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo-lhes assegurados todos os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123 /2006, especialmente no que se refere ao direito de preferência em caso de empate e à regularização fiscal posterior.

Dessa forma, a adoção de pregão com ampla concorrência mostra-se mais adequada ao atendimento do interesse público, garantindo economicidade, eficiência e segurança na contratação.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, estando em consonância com as necessidades previamente identificadas para melhoria da estrutura e qualidade do atendimento prestado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

A aquisição das 30 (trinta) poltronas hospitalares visa suprir demanda existente, garantindo melhores condições de acomodação aos pacientes e acompanhantes, bem como adequação dos ambientes assistenciais, contribuindo para a humanização do atendimento e eficiência dos serviços de saúde.

Destaca-se que a demanda está prevista no planejamento anual de contratações, sendo compatível com os instrumentos de gestão orçamentária e com as diretrizes estabelecidas para o fortalecimento da rede municipal de saúde.

Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente alinhada com o planejamento estratégico e operacional da Administração Pública, atendendo ao interesse público e às necessidades institucionais.

A presente contratação não se caracteriza como prestação de serviço, mas sim como aquisição de bens permanentes, consistindo no fornecimento de poltronas hospitalares.

Dessa forma, a contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, nos termos da legislação vigente, sendo passível de realização por meio de procedimento licitatório adequado a essa natureza.

Vale ressaltar que o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR foi elaborado em conformidade com as disposições da instrução normativa 58/2022.

A aquisição está prevista no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), LOA (Lei Orçamentária Anual).

A aquisição de poltronas hospitalares não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) por se tratar de demanda superveniente, não prevista à época do planejamento.

Conforme a Lei nº 14.133/2021, o PCA é instrumento flexível, podendo ser ajustado para atender necessidades imprevistas e garantir a continuidade do serviço público.

A contratação mostra-se necessária para atender à demanda atual e evitar prejuízos à saúde pública, justificando sua realização mesmo sem previsão inicial no PCA.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da aquisição de poltronas hospitalares reclináveis para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), considerando o elevado volume de atendimentos

mensais, a iminente devolução dos equipamentos atualmente locados e a existência de mobiliário em condições inadequadas de uso.

A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, uma vez que contempla equipamentos com características de resistência, durabilidade e ergonomia compatíveis com a realidade de uso contínuo e intensivo da unidade, garantindo melhores condições de acolhimento aos pacientes e acompanhantes, bem como maior segurança e eficiência no ambiente assistencial.

A escolha por modelo com sistema de reclinção por alavanca reforçada encontra respaldo nas condições operacionais da UPA, priorizando robustez, confiabilidade e menor suscetibilidade a falhas decorrentes de uso frequente e, por vezes, inadequado, sem prejuízo do conforto e da funcionalidade exigidos para o atendimento em saúde.

Adicionalmente, a aquisição definitiva dos equipamentos, em substituição à dependência de contratos de locação, contribui para a otimização dos recursos públicos, redução de custos recorrentes e incorporação de bens duráveis ao patrimônio municipal, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e alinhada ao interesse público, sendo essencial para assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados à população no âmbito da atenção às urgências e emergências.

#### **14. Providências a serem Adotadas**

Para a adequada execução da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

- Elaboração do Termo de Referência, com a definição detalhada das especificações técnicas das poltronas hospitalares, quantitativos e condições de fornecimento;
- Realização de pesquisa de preços, a fim de assegurar a compatibilidade com os valores praticados no mercado;
- Verificação de disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa;
- Instauração do procedimento licitatório cabível, conforme a legislação vigente;
- Designação de servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- Planejamento da logística de entrega, conferência e instalação dos equipamentos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA);
- Capacitação, se necessária, dos profissionais para adequada utilização dos equipamentos.

Ressalta-se que não há necessidade de adaptações estruturais relevantes para a instalação das poltronas, sendo os espaços já compatíveis com os equipamentos a serem adquiridos.

Dessa forma, as providências elencadas são suficientes para garantir a adequada implementação da solução pretendida.

#### **15. Possíveis Impactos Ambientais**

A aquisição de poltronas hospitalares apresenta baixo potencial de impacto ambiental, considerando tratar-se de bens duráveis

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento, no exercício de suas atribuições, analisou a necessidade de aquisição de poltronas hospitalares reclináveis destinadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), concluindo pela viabilidade da contratação, ainda que a demanda não esteja prevista no Plano de Contratações Anual (PCA).

A ausência de previsão no PCA decorre do caráter superveniente da necessidade, tendo em vista que parte significativa dos equipamentos atualmente utilizados na unidade é oriunda de contrato de locação firmado por Organização Social, cujo encerramento implicará na devolução das poltronas e consequente redução da capacidade instalada da UPA. Soma-se a isso a constatação de que diversos mobiliários em uso encontram-se em condições inadequadas, com comprometimento estrutural, ergonômico e sanitário, inviabilizando sua utilização segura.

Nesse contexto, a contratação mostra-se imprescindível para garantir a continuidade do serviço público de saúde, evitando prejuízos diretos ao atendimento da população, especialmente considerando o elevado volume de atendimentos da unidade e a permanência prolongada de pacientes em observação.

Ressalta-se que o Plano de Contratações Anual possui natureza instrumental e flexível, não constituindo óbice à realização de contratações necessárias e urgentes não previstas inicialmente, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que orienta a atuação administrativa pautada no interesse público, na eficiência e na continuidade dos serviços.

Ademais, a contratação encontra-se devidamente amparada por disponibilidade orçamentária e compatibilidade com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), não havendo impedimentos de ordem financeira ou legal para sua realização.

Dessa forma, diante da necessidade concreta e atual, da inexistência de alternativas eficazes e do risco de comprometimento da prestação do serviço público de saúde, a equipe de planejamento declara viável a contratação pretendida, recomendando seu prosseguimento, ainda que não prevista no PCA, por se tratar de medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANA BENATTI DE CASTRO**

Equipe de Planejamento



**ANDRESA DE SOUSA LIMA PRIVATTI**

Enfermeira

**ELIENE SANTOS LIMA**

Assistente de Gestão Pública

**MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA CAMILO**

Secretária de Saúde